

**01718-1999-043-03-00-9 AP**

**Data de Publicação: 08-05-2009**

**Órgão Julgador:** Primeira Turma

**Tema:** MULTA DIÁRIA - COMINAÇÃO

**Relator:** Convocado Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto

**Revisor:** Convocado José Eduardo de Resende Chaves Júnior

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA MULTA COMINATÓRIA (ASTREINTE).** A multa cominatória incide a partir do momento do descumprimento da ordem judicial. Se a obrigação foi determinada pela sentença/acórdão, o *dies a quo* se inicia a partir do trânsito em julgado. Sendo a obrigação fixada em decisão interlocutória, o que não é a hipótese dos autos, a multa incide após o decurso estabelecido para o cumprimento da ordem judicial. As decisões nas tutelas das obrigações de fazer e de não fazer do art. 461 possuem eficácia auto-executiva, prescindindo da instauração do processo de execução e formação de nova relação jurídico-processual. É o que se denomina de ações sincréticas, onde se exercitam, em processo único, as funções cognitiva e executiva. Nesse contexto, um dos instrumentos disponibilizados para o exercício dessas tutelas é a multa diária prevista no §4º do art. 461, da CPC, que funciona como meio coercitivo, de natureza inibitória. Contudo, frisa-se, deve ser definido o *dies a quo* de exigibilidade da multa no comando sentencial e, decorrido o prazo, mantendo o executado com o procedimento que deveria abster-se de fazer, passa a incidir de imediato a multa diária, em decorrência da eficácia auto-executiva da decisão.

**Processo: 00657-2001-084-03-40-8 AP**

Data de Publicação: 08/03/2010

Órgão Julgador: Quinta Turma

Juiz Relator: Juiz Convocado Rogerio Valle Ferreira

Juiz Revisor: Des. Jose Roberto Freire Pimenta

Juiz Redator: Des. Jose Roberto Freire Pimenta

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

AGRAVADO: VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A

**EMENTA: DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE CONCEDE TUTELA INIBITÓRIA E ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO QUE A**

**MANTEVE. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO, DESDE LOGO, DA MULTA COERCITIVA COMINADA PARA O CASO DE SEU DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA ANTERIORMENTE NO MESMO FEITO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.** O artigo 471 do CPC é expresso ao estabelecer que "nenhum juiz decidirá novamente as questões decididas, relativas à mesma lide", salvo nas relações jurídicas continuativas (se tiver havido modificação no estado de fato ou de direito) ou nos demais casos prescritos em lei. Estando aqui manifestamente ausentes tais exceções e se, na presente ação civil pública, a mesma multa coercitiva já foi exigida de imediato pelo autor em virtude do comprovado descumprimento, em período anterior diverso, da decisão inibitória antecipada e final ainda não transitada em julgado e as instâncias ordinárias (inclusive esta mesma Turma Regional Julgadora, em sede de anterior agravo de petição) já decidiram que ela é exigível de imediato, tendo tal multa sido inclusive já paga pela agravada e destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nestes mesmos autos (após o desprovimento dos seus correspondentes recursos de natureza extraordinária pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Supremo Tribunal Federal), não podem mais o Juízo de origem e esta segunda instância, ao examinarem a alegação do autor de que, em período posterior diverso, a demandada teria incorrido em novo descumprimento da mesma ordem judicial cuja observância se pretendeu assegurar pela medida coercitiva patrimonial em discussão, afastar *a priori* tal possibilidade, sob o novo e diverso entendimento de que sua cobrança imediata estaria legalmente vedada. **EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES CAUTELARES E ANTECIPATÓRIAS, PELA COBRANÇA IMEDIATA DAS MEDIDAS COERCITIVAS PATRIMONIAIS CORRESPONDENTES. REVOGAÇÃO TÁCITA DO § 2º DO ART. 12 DA LEI Nº 7.347/85 (LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA) PELO NOVO E GENERALIZADO REGIME DA TUTELA INIBITÓRIA METAINDIVIDUAL INSTITUÍDO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E PELOS PARÁGRAFOS 3º, 4º E 5º DE SEU ARTIGO 84, REITERADO PELA NOVA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.** No entendimento deste Redator, não obstante o disposto no § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85, que dispõe que a multa coercitiva estabelecida para compelir a parte sucumbente a cumprir de imediato a determinação judicial só poderá ser efetivada, no campo da realidade, após o trânsito em julgado da mesma, não se pode jamais perder de vista que garantir a eficácia de decisões que confirmam a antecipação de tutela específica deferida no curso do processo é preservar

o principal escopo do instituto: a concretização, na esfera decisiva da realidade, do princípio constitucional da efetividade do processo em todos os casos em que exista o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, capaz de tornar, na prática, inúteis para seus titulares os direitos materiais provisoriamente reconhecidos em Juízo que somente ao final do processo sejam executados. Ademais, a aplicação literal e automática do aludido preceito da Lei da Ação Civil Pública simplesmente desconsidera que ele foi editado em 1985, quando o sistema processual brasileiro ainda não havia sido significativamente aperfeiçoado pela predisposição, pelo Código de Defesa do Consumidor, de um verdadeiro microsistema de tutela metaindividual ou coletiva aplicável a todos os processos de dimensão metaindividual. Ocorre que, nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 84 daquele Código, restaram previstas genericamente não apenas a autorização para a concessão liminar da tutela coletiva específica, mas também a possibilidade, para a efetivação dessa tutela antecipada, da imposição de multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor e de outras medidas coercitivas necessárias, sem qualquer restrição em sua exigibilidade imediata, como antes estava previsto na LACP. E a integração da LACP com o CDC, que produz efeitos com relação à tutela dos direitos metaindividuais em geral e trabalhistas em particular (expressamente decorrente do artigo 90 daquele Código e do artigo 21 da Lei nº 7347/85, acrescentado pela Lei nº 8.078/90) autoriza a superação da inexplicável limitação antes estabelecida pelo § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85 à exigibilidade imediata da multa coercitiva instituída para compelir a parte destinatária a cumprir, de imediato, a antecipação de tutela liminarmente concedida no âmbito de determinada ação civil pública. É esta a interpretação data venia mais consentânea com a necessidade de assegurar a máxima efetividade possível às medidas coercitivas destinadas a compelir as partes a cumprirem, de imediato, as decisões cautelares e antecipatórias proferidas pelo Poder Judiciário.

IMPOSSIBILIDADE DE DECISÃO IMEDIATA, PELA INSTÂNCIA REGIONAL, DA QUESTÃO FÁTICA AINDA CONTROVERTIDA SOBRE O DESCUMPRIMENTO OU NÃO DA DECISÃO INIBITÓRIA OBJETO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM, PARA A CORRESPONDENTE INSTRUÇÃO E DECISÃO DA MATÉRIA. Na medida em que a decisão inibitória genérica, objeto da antecipação de tutela, necessariamente dispõe também para o futuro, toda e qualquer alegação de ulterior descumprimento das obrigações de fazer e de não fazer pela reclamada que

ainda seja controvertida, como ocorreu neste caso, deverá ser objeto de apuração específica e aprofundada nestes mesmos autos pela MM. instância de origem que, após uma adequada instrução da matéria que assegure a ambos os litigantes o contraditório e a ampla possibilidade de prova de suas respectivas alegações, deverá proferir nova decisão a respeito da incidência ou não da multa coercitiva no correspondente período em discussão, segundo seu livre convencimento motivado. Provimento parcial do agravo de petição, nestes termos.

Vistos os autos, relatado e discutido o presente agravo de petição, decide-se:

## RELATÓRIO

Trata-se de agravo de petição interposto pelo Ministério Público do Trabalho às f. 779-793 em face da decisão de f. 777, por meio da qual o MM. Juiz Luiz Cláudio dos Santos Viana, Titular da Vara do Trabalho de Paracatu, indeferiu o pedido de execução provisória.

O agravante pretende seja determinado o prosseguimento da execução provisória, pois o agravo de instrumento interposto pela executada não tem efeito suspensivo, inexistindo qualquer óbice ao deferimento de seu pedido.

Contraminuta às f. 795-801, pugnando pelo não conhecimento do apelo em razão da inobservância do § 1º do artigo 897 da CLT. No mérito, pelo seu desprovimento.

Não se vislumbra, no presente feito, interesse público a proteger.

É o relatório, substancialmente da lavra do Exmo. Juiz Convocado Relator.

## VOTO

## ADMISSIBILIDADE

## PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO

A executada suscita o não conhecimento do agravo de petição, alegando que o agravante não delimitou, de forma justificada, os valores que entende devidos e as matérias controvertidas, em desatendimento ao disposto no § 1º do artigo 897 da CLT.

Contrariamente ao que sustenta a executada, o agravante desincumbiu-se de seu encargo processual, porquanto expôs claramente as matérias que constituem o objeto da sua insurgência, de matéria exclusivamente processual (sendo o valor da medida coercitiva pecuniária mera consequência da solução que se der à questão recursal controvertida), estando pois plenamente atendida a exigência do dispositivo legal referenciado.

Nos termos do voto do i. Relator, assim foi rejeitada, por unanimidade, a preliminar e conheceu-se do agravo de petição, porque próprio, tempestivo e regularmente interposto.

Conheceu-se, também sem divergência, da contraminuta, eis que tempestivamente apresentada.

## MÉRITO

### DO PROCESSAMENTO IMEDIATO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA NESTES AUTOS CONCEDIDA

Insurge-se o agravante contra a r. decisão de origem que indeferiu o pedido de execução provisória da medida coercitiva cominada na decisão de primeiro grau ainda não transitada em julgado mas que foi objeto de antecipação de tutela, ainda em pleno vigor. Assevera que o agravo de instrumento em recurso de revista interposto pela ré não tem efeito suspensivo e, portanto, não obsta a execução da multa aplicada liminarmente.

A Lei 7.347/85, ao disciplinar a ação civil pública, em seu artigo 3º, prevê que esta pode ter como objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, valendo-se, inclusive, do sistema de astreintes, já que possibilita a cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível (artigo 11). E, em seu artigo 12, caput, a referida lei estabelece que a multa pode ser deferida liminarmente. Todavia, como estabelecido no § 2º do citado artigo, a penalidade em questão somente será exigível após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

Assim sendo, e considerando que a execução que está sendo processada no presente momento e que envolve especificamente o pagamento da multa em comento reveste-se de provisoriedade, considerava o d. Relator não ser possível, por ora, a realização de atos expropriatórios, devendo ser aguardada o trânsito em julgado da decisão final, objeto da tutela inibitória e cujos efeitos de mérito foram também objeto de antecipação de tutela, para finalmente se decidir a respeito do cabimento ou não do pagamento da multa imposta à executada, para os casos de descumprimento das obrigações de não fazer objeto daquelas decisões judiciais.

Dele, porém, respeitosamente divergi em parte, pelos fundamentos a seguir expostos, no que fui acompanhado pela d. maioria.

Em primeiro lugar, cumpre fazer um registro sobre o atual andamento processual da decisão de mérito cujo cumprimento imediato e antecipado quer o agravante assegurar, através da cobrança imediata da multa coercitiva nela cominada. É que, como também salientado pela i. representante do Ministério Público do Trabalho em sua sustentação oral na Sessão de Julgamento e este Redator já havia também constatado, em pesquisa processual no sítio eletrônico do C. TST, o agravo de instrumento que a ora agravada interpôs contra a decisão denegatória do processamento do recurso de revista que oportunamente interpôs contra o r. Acórdão Regional desta E. Turma Julgadora já foi desprovido pela Egrégia 7ª Turma do C. Tribunal Superior do Trabalho em sua Sessão do dia 21.10.2009, em Acórdão da lavra do d. Relator Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus e publicado em 29.10.2009. É bem verdade, por outro lado, que, contra esta última decisão, a empresa ora agravada já interpôs recurso extraordinário em 09.11.2009, o qual, na presente data, ainda está pendente de apreciação naquele

Colendo Tribunal Superior - o que significa que, essencialmente, a questão processual objeto do presente agravo de petição continua a mesma, na medida em que incontroversamente a decisão que cominou a multa pecuniária de caráter coercitivo em sede da presente ação civil pública continua sem haver transitado em julgado.

Contudo, mesmo assim entendo que, no presente caso, deve ser dado provimento parcial ao agravo de petição interposto pelo Ministério Público do Trabalho para reformar a r. decisão agravada de f. 777 que, revogando anterior decisão de primeiro grau proferida à f. 764, indeferiu liminarmente o pleito do órgão exequente, formulado em sua manifestação de f. 391-405 (acompanhada dos documentos de f. 406-763) de, desde logo, proceder-se à efetivação imediata (e não, na verdade, à pura e simples execução provisória) da multa coercitiva nestes autos cominada para assegurar o cumprimento imediato das obrigações de fazer e de não fazer objeto da sentença mandamental proferida também objeto de antecipação de tutela, que naquela peça processual afirmou-se estar sendo sistemática e amplamente descumprida pela executada.

É incontroverso, em primeiro lugar, que a presente decisão exequenda ainda não transitou em julgado, uma vez que ainda está pendente de julgamento o agravo de instrumento que a executada interpôs contra a decisão de f. 119-121 (mantida no despacho de f. 122, quando foi recebido o referido recurso para o C. Tribunal Superior do Trabalho) que denegou seguimento ao recurso de revista que apresentou contra o Acórdão desta Egrégia Quinta Turma de f. 104-112 (complementado pelo Acórdão de f. 114-117 que rejeitou os embargos de declaração interpostos por ambas as partes) que, no essencial, manteve a decisão de primeiro grau que, à f. 85 destes autos, "determinou à Requerida que se abstenha de utilizar-se de contratos de prestação de serviços com o fim de fornecimento a ela de mão-de-obra, devendo utilizar trabalhadores próprios, devidamente registrados por ela, para a consecução de suas atividades-fim", sob pena de pagamento da multa diária ora em discussão, "o que deverá ser cumprido de imediato, por acolhida a antecipação de tutela".

Como está claro na r. sentença recorrida, entendeu o d. Juízo de origem que o § 2º do artigo 12 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), por si só, liminarmente e sem

necessidade da apreciação circunstanciada dos aspectos propriamente fáticos da questão, impediria o deferimento da pretensão de imediata execução dos valores correspondentes à multa coercitiva relativa ao período de 01.03.2005 a 22.09.2009, pretendida pelo MPT (f. 403 e 793). E é este, exatamente, o ponto de minha discordância em dois aspectos fundamentais, cada qual suficiente para autorizar a reforma da decisão ora agravada, d.m.v, como se demonstrará a seguir.

Em primeiro lugar, não é esta a primeira vez, neste feito, que esta E. Quinta Turma tem que examinar a possibilidade de execução imediata, ainda que provisória, da multa coercitiva cominada na decisão de mérito nestes autos proferida (com a imediata antecipação dos efeitos da tutela concedida, reafirme-se). Como já bem demonstrado de forma expressa ao final da minuta de agravo do recorrente (f. 792-793), exatamente a mesma situação ora discutida já ocorreu anteriormente neste feito e foi objeto de apreciação e decisão nesta Segunda Instância.

Com efeito, em atendimento ao já mencionado despacho de f. 122 da Vice-Presidência deste Tribunal Regional, logo após o recebimento do referido agravo de instrumento foi requerida e expedida Carta de Sentença para o imediato cumprimento específico das obrigações de fazer e de não fazer contidas no comando sentencial objeto da referida antecipação de tutela. Contudo, em sua manifestação de f. 127-128 (datada de 08.01.2003), o órgão exequente, ora agravado, noticiando e demonstrando que a ora agravante havia descumprido a referida antecipação de tutela, pleiteou a execução, através daquela carta de sentença, do valor correspondente à multa coercitiva do período iniciado na data em que a determinação judicial tornou-se exigível, havendo o cálculo de seu montante sido homologado, intimando-se a requerida para seu pagamento (despacho de f. 193).

Após a tramitação daquela execução, inclusive através da interposição de embargos à execução e sua respectiva decisão em que os mesmos foram julgados improcedentes para determinar o seu normal prosseguimento, uma vez que "as conseqüências materiais da sentença de primeiro grau são exigíveis de imediato e como houve descumprimento ao comando exequendo"(f. 243-244), a matéria foi objeto do agravo de petição de f. 246-253 da requerida.



Pois bem: na Sessão de Julgamentos desta E. Quinta Turma, realizada em 14.10.2003, o referido agravo de petição (Proc. nº 00657-2001-084-03-40-8 AP) foi desprovido por unanimidade, nos termos do voto de seu Relator Eduardo Augusto Lobato (ora no exercício da Presidência deste Tribunal), acompanhado pelo Revisor José Murilo de Moraes e por este julgador (certidão de julgamento de f. 270), mantendo-se expressamente a execução da multa diária aplicada no período compreendido entre 12.12.2001 e 05.02.2002, ao fundamento de que a tutela antecipada concedida de imediato na ação civil pública surte efeitos a partir da publicação da sentença, não havendo se falar em suspensão de sua eficácia, acrescentando-se de forma expressa que "entendimento contrário ofenderia o objetivo do expediente concedido que é exatamente a satisfação imediata do direito pleiteado, em virtude do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, que poderia acontecer em decorrência da demora do trânsito em julgado da decisão" (acórdão de f. 271-273, complementado pelo de f. 282-283, que negou provimento aos embargos de declaração da ora agravante).

Apesar da denodada resistência processual da requerida, ora executada e agravada, que contra essa decisão também interpôs recurso de revista (denegado à f. 302), agravo de instrumento ao C. TST (certidão de f. 303-verso) e, após ser-lhe negado provimento, recurso extraordinário e subsequente agravo de instrumento (diante da negativa de seguimento do primeiro recurso) ao C. Supremo Tribunal Federal (tudo conforme certificado à f. 305), esta execução retomou seu prosseguimento em julho de 2007 (ainda na pendência do julgamento do último agravo de instrumento pelo STF, conforme petição do MPT de f. 308-310 e despacho do Juízo de origem de f. 311).

Apurado o valor atualizado da multa em R\$ 319.378.35 (f. 320-321) e homologado o seu cálculo de liquidação, ressalvadas novas atualizações, em 04.09.2007 (f. 322), a executada procedeu à substituição do bem que havia sido penhorado através do respectivo auto de f. 213-220 por dinheiro (petição de f. 324 e guia de depósito de f. 325).

Finalmente, com o retorno do agravo de instrumento do STF, com negativa de seu seguimento (certidão de f. 329 e decisão monocrática de seu i. Relator de f. 330-332, o MM. Juízo de origem determinou, em 11.06.2008 (despacho de f. 376), a liberação do valor depositado à f. 325 em favor do Fundo de Amparo do Trabalhador, como determinado de forma expressa na r. decisão exequenda, o que se fez de imediato (f. 377, 378 e 378-verso).

É de se indagar, respeitosamente: se, segundo a incisiva e já referida manifestação do MPT de f. 395/405 (datada de 22.09.2009), a requerida, ora agravada, continuou, com relação ao período de 01.03.2005 a 22.09.2009, a descumprir o comando judicial objeto da sentença (e, especialmente, da antecipação dos efeitos de sua tutela de mérito inquestionavelmente ainda em vigor), como se pode alterar o que tanto a primeira quanto esta segunda instância já decidiram nestes mesmos autos (com a confirmação indireta, em sede extraordinária, tanto do Tribunal Superior do Trabalho quanto do Supremo Tribunal Federal), com a única - e, aqui, irrelevante - diferença de que as decisões anteriores se referiam a período diverso do anterior? Entendo, data venia, que não, em aplicação direta do que dispõe o artigo 471 do CPC, ao estabelecer que "nenhum juiz decidirá novamente as questões decididas, relativas à mesma lide", não estando aqui presente nenhuma das duas exceções ali previstas que autorizariam o reexame, nestes mesmos autos, dessa matéria.

Não bastasse isso, é também entendimento deste Redator ser inaplicável, em casos como o presente (onde foi concedida a antecipação dos efeitos de mérito da tutela inibitória objeto da decisão que ainda hoje é objeto de recurso sem efeito suspensivo), o disposto no § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85, que estabelece que a multa coercitiva estabelecida para compelir a parte sucumbente a cumprir de imediato a determinação judicial só poderá ser efetivada, no campo da realidade, após o trânsito em julgado da mesma.

Em outras palavras, ainda que não houvesse ocorrido todo o episódio processual aqui longamente narrado e tivesse esta E. Turma Julgadora que enfrentar esta questão pela primeira vez, a melhor solução para a mesma ainda seria aquela já dada à controvérsia aqui em exame por esta Quinta Turma - ou seja, não se aplicar ao presente caso o

preceito acima referido da Lei da Ação Civil Pública e autorizar-se a imediata execução (ainda que provisória) do valor correspondente à medida coercitiva pecuniária estabelecida para compelir a reclamada, ora agravada, a cumprir por completo a decisão judicial em questão, mesmo antes de seu trânsito em julgado (o que, por definição, corresponde exatamente à antecipação de tutela deferida nos presentes autos). Esta é, a meu ver, a melhor solução para a presente demanda, uma vez que consentânea com o significado e a finalidade do instituto da antecipação da tutela de mérito e com o próprio princípio constitucional da efetividade da tutela jurisdicional.

Antes de mais nada, não se pode jamais perder de vista que garantir a eficácia de decisões que confirmam a antecipação de tutela específica deferida no curso do processo é preservar o principal escopo do instituto: a concretização, na esfera decisiva da realidade, do princípio constitucional da efetividade do processo em todos os casos em que exista o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, tornando, na prática, inúteis para seus titulares, ao final, os direitos materiais provisoriamente reconhecidos em Juízo.

Doutro tanto, não se pode perder de vista que a aplicação literal e automática do multicitado preceito da Lei da Ação Civil Pública (o § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347) simplesmente desconsidera que ele foi editado em 1985, quando o sistema processual brasileiro ainda não havia sido significativamente aperfeiçoado pela predisposição, pelo Código de Defesa do Consumidor, de um verdadeiro microssistema de tutela metaindividual ou coletiva aplicável a todos os processos de dimensão metaindividual (como o presente). Ocorre que, nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 84 daquele Código, restaram previstas genericamente não apenas a autorização para a concessão liminar da tutela coletiva específica, mas também a possibilidade, para a efetivação dessa tutela antecipada, da imposição de multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor e de outras medidas coercitivas necessárias, sem qualquer restrição em sua exigibilidade imediata, como antes estava previsto na LACP.

Esta integração harmônica e essa interdependência recíproca do CDC e da Lei da Ação Civil Pública decorrem expressamente do artigo 90 deste Código e do artigo 21 da Lei

nº 7347/85 (acrescentado pela Lei nº 8.078/90), que assim estatuíram respectiva e expressamente, in verbis:

"Art. 90 - Aplicam-se às ações previstas neste Título as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições."

"Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da Lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor" (dentro do qual está o referido artigo 84 acima referido).

Kazuo WATANABE bem esclarece o significado da integração da LACP com o CDC, que produz efeitos com relação à tutela dos direitos metaindividuais em geral e trabalhistas em particular e, neste caso, leva indubitavelmente à superação da inexplicável limitação antes estabelecida pelo § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85 à exigibilidade imediata da multa coercitiva estabelecida para compelir a parte destinatária a cumprir, de imediato, a antecipação de tutela liminarmente concedida no âmbito de determinada ação civil pública:

"A mais perfeita interação entre o Código e a Lei nº 7347, de 24.7.85, está estabelecida nos arts. 90 e 110 *usque* 117, de sorte que estão incorporados ao sistema de defesa do consumidor as inovações introduzidas pela referida lei especial, da mesma forma que todos os avanços do Código são também aplicáveis ao sistema de tutela de direitos criado pela Lei nº 7.347" (Título III - Da defesa do consumidor em juízo: Capítulo I - Disposições gerais, in "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto", GRINOVER, Ada Pellegrini et alli, 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 711 - destaque nosso).

Em outras palavras, a nova e melhor (porque mais efetiva) disciplina conferida à tutela coletiva em geral e ao regime de efetivação das medidas de antecipação da tutela de mérito coletiva e específica pelo Código de Defesa do Consumidor veio tornar inteiramente superado, *permissa venia*, o preceito específico do § 2º do artigo 12 da LACP, que deve, pura e simplesmente, ser considerado tacitamente revogado.

Ademais, a própria generalização do instituto da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, promovida pela nova redação dada pela Lei nº 8.952/94 aos artigos 273 e 461

(e, em especial, seu § 3º) do Código de Processo Civil, também veio tornar superada, sob a ótica do princípio da efetividade da tutela jurisdicional, a limitação feita pelo § 2º do artigo 12 da LACP, na medida em que esta enfraquece substancialmente o poder coercitivo da medida pecuniária estabelecida pelo juiz para compelir o destinatário do comando antecipatório a cumpri-lo de imediato.

Exatamente nesse sentido pronuncia-se, na atualidade, parte ponderável da doutrina processual brasileira mais autorizada. A esse respeito, afigura-se exemplar o claro e incisivo posicionamento de Humberto THEODORO JÚNIOR (em seu capítulo O cumprimento das medidas cautelares e antecipatórias da obra coletiva "Instrumentos de coerção e outros temas de direito processual civil - estudos em homenagem aos 25 anos de docência do Professor Dr. Araken de Assis", Tesheiner, José Maria Rosa et alli, Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 277-295, esp. p. 294) exatamente sobre a questão ora em exame:

"Instrumento importante na efetivação das medidas antecipatórias de obrigações de fazer e não fazer, e mesmo nas obrigações de entrega de coisa, é a multa por tempo de atraso no cumprimento da decisão (art. 461, § 4º, e art. 461-A, § 3º). Registra-se controvérsia acerca do momento de sua exigibilidade, pois há quem entenda que sua cobrança somente possa ocorrer no final do processo, depois do trânsito em julgado da sentença de mérito contrária àquele que sofreu a imposição preventiva. Tal posição não se me afigura compatível com a função das medidas antecipatórias. Se estas têm a missão de antecipar, concreta e imediatamente, efeitos materiais satisfativos do direito substancial disputado em juízo, e se a multa é autorizada como instrumento de apoio à efetividade de tal antecipação, parece-me irrecusável que a exigência da multa seja também pronta ou imediata.

Pensar o contrário conduz, a meu sentir, à inutilização da astreinte no plano da atuação cautelar e antecipatória. Na esperança do ganho final da causa, a parte contra quem se impôs a medida constante de prestação de fazer ou não fazer simplesmente deixaria de cumpri-la antes do julgamento final de mérito. Ou se garante a medida antecipatória, e a multa será desde logo exigível, ou se relega a um plano secundário o efeito da tutela antecipada, privando-a de sua natural função de garantia de efetividade ao direito tutelado, e então, sim, torna-se cabível negar aplicação imediata à multa coercitiva.

Não é este último papel, todavia, que, segundo a natureza das coisas, se espera do remédio processual em análise. A antecipação de tutela foi concebida como instrumento de efetivação imediata do direito material do litigante, a ser alcançada de plano, sem ter de aguardar a sentença de mérito. Os meios de

coerção judicial, inclusive a multa, têm, pois, de ser aplicados de imediato, sem maiores delongas provocadas pela marcha completa do processo de acerto definitivo.

Correta a lição de Cássio Scarpinella Bueno, segundo a qual a 'única forma de impedir a exigibilidade imediata da multa é o réu suspendê-la pela atribuição de efeito suspensivo a agravo de instrumento seu'."

Na mesma linha, o i. processualista Joaquim Felipe SPADONI (em seu trabalho A multa na atuação das ordens judiciais, publicado na obra coletiva "Processo de Execução", SHIMURA, Sérgio e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords.), Revista dos Tribunais, São Paulo: 2001, p. 482-508, esp. p. 498 e 500), *in verbis*:

"(...) a imposição de multa pecuniária tem por função precípua resguardar a efetividade do processo. É instrumento de direito público, que busca realçar o imperium da ordem judicial expedida contra o réu e o revigoramento do dever do mesmo em atendê-la fielmente.

Por essa razão é que a multa tem eficácia a partir do momento em que o cumprimento do comando judicial à qual se relaciona passa a ser devido. Em regra, este momento é o da intimação da medida liminar ou da sentença de procedência não submetida ao efeito suspensivo da apelação" (*op. cit.*, p. 498).

A seguir, depois de criticar severamente o entendimento de que esta multa coercitiva só pode ser cobrada após o trânsito em julgado da eventual sentença de procedência do pedido inicial objeto da antecipação de tutela, o mesmo autor, depois de afirmar que não se pode confundir a situação jurídica de direito material discutida no processo e os deveres das partes como sujeitos do processo, é ainda mais incisivo na defesa da exigibilidade imediata (e definitiva) da multa coercitiva nos casos de descumprimento das medidas cautelares e antecipatórias deferidas em Juízo:

"Em virtude de seu caráter processual, o que autoriza a exigibilidade da multa pecuniária é a violação da ordem judicial, é o desrespeito do réu ao poder jurisdicional. O seu 'fato gerador' considera apenas e tão-somente a relação jurídica existente entre parte e juiz, o dever daquela em atender às ordens deste, enquanto forem eficazes.

A exigibilidade da multa pecuniária não recebe nenhuma influência da relação jurídica de direito material. É preciso se ter bem claro que o que autoriza a incidência da multa é a violação da ordem do juiz, é a violação de uma obrigação processual, e não da obrigação de direito material que o réu pode possuir perante o autor.

Assim sendo, se o réu não atender à decisão eficaz do juiz, estará desrespeitando a sua autoridade, ficando submetido ao pagamento da multa pecuniária arbitrada, independentemente do resultado definitivo da demanda. Em sendo a decisão que impôs a multa posteriormente revogada, seja por sentença ou por acórdão, ou mesmo por outra decisão interlocutória, em nada restará influenciado aquele dever que havia sido anteriormente imposto ao réu. As ordens judiciais devem ser obedecidas durante o período em que são vigentes, e as partes que não as obedecerem estarão sujeitas às sanções cominadas" (*op. cit.*, p. 500).

Da mesma forma, embora mais concisamente, também se pronuncia o consagrado Professor da USP e Desembargador do TJSP José Roberto dos Santos BEDAQUE (in "Tutela cautelar e antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)", São Paulo: Malheiros, 1998, p. 367):

"Merece consideração, ainda, a possibilidade de imposição de multa pelo descumprimento da tutela antecipada, prevista expressamente no art. 461, mas aplicável a qualquer hipótese em que o provimento antecipatório seja cabível (arts. 273 e 799; ...).

Nesses casos, a multa pode ser executada imediatamente, ainda que em curso o processo. Embora inexistente a tutela final, a multa está vinculada ao provimento antecipatório e pode ser exigida desde logo, pois decorre objetivamente do não atendimento ao comando nele contido" (destaques nossos).

No mesmo sentido também se pronuncia Sérgio Cruz ARENHART (in "Perfis da tutela inibitória coletiva", São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 370-373), a respeito da exigibilidade da multa coercitiva no âmbito da tutela inibitória individual (em considerações que, para nós, são igualmente aplicáveis à tutela inibitória coletiva, pelas razões anteriormente expostas), *in verbis*:

"Quanto ao escopo da multa, já se disse reiteradamente, presta-se ela a proteger a autoridade da função jurisdicional. Seu objetivo não é proteger diretamente o interesse do autor, senão dar efetividade à decisão do Estado, concretizando o imperium de que é dotada. (...)

(...) Deveras, a função da multa é garantir obediência à ordem judicial, não se podendo abrir espaço para o requerido questioná-la (senão pelas vias judiciais naturais), sob pena de negar-se-lhe todo caráter coercitivo. Pouco importa se a ordem se justificava ou não; após a sua preclusão temporal, ou eventualmente, a análise do recurso contra ela interposto junto ao tribunal, só resta o seu cumprimento, sem qualquer ulterior questionamento. Se, no futuro, aquela decisão será ou não confirmada pelo

provimento final (definitivo) da causa, isso pouco importa para efetividade da primeira ordem. Merece ela ser respeitada (quando editada) pela simples razão de decorrer da autoridade pública adequada. Está em jogo, afinal, a própria autoridade do Estado. Não se pode, portanto, dizer que ocorreu apenas a inobservância de uma decisão do Estado-juiz. Ocorreu, em verdade, a transgressão a uma ordem, que se presume legal (mesmo porque submetida à potencial revisão interna no Judiciário). Se o conteúdo dessa ordem será, posteriormente, infirmado pelo exame final da causa, isto pouco importa para o fato de que deveria a ordem, enquanto vigorou, ser cumprida de maneira inquestionável."

E completa ele, de maneira ainda mais clara e absoluta:

"A decisão judicial é imperativa para as partes porque deriva da autoridade pública - que detém o monopólio da força legítima - e só. Se a decisão reflete o melhor entendimento ou se poderá ser alterada ao final do feito são questões que extrapolam o âmbito de discussão do fundamento da autoridade do Estado, não competindo nem às partes, nem ao jurista.

Por isso, no sistema brasileiro, parece adequado entender que, sendo a ordem formalmente válida - ou seja, obedecidos os requisitos legais para sua expedição - merece ela cumprimento, ainda que, posteriormente, haja modificação do entendimento, e a conclusão final da causa dê pela improcedência da ação. Desde que não seja a decisão que concede a multa nula (por decisão do órgão superior, em recurso, ou por constatação do próprio juiz da causa), deve ela ser cumprida, ainda que haja possibilidade de que a ação venha a ser julgada improcedente ao final.

Outro entendimento resultaria na abertura de perigosa válvula para o descumprimento de qualquer meio coercitivo imposto em termos provisórios. A parte, a quem incumbe o cumprimento da ordem, sabendo ser ela passível de mudança com a sentença, não tem estímulo para o cumprimento voluntário da ordem, já que, em cumprindo, não terá nenhum benefício; em não cumprindo, sujeita-se à sorte de suas alegações no processo e à eventualidade de sucesso em sua defesa. Põe-se por terra todo o esforço do jurista no intuito da efetividade do processo."

Por fim, são igualmente persuasivas as considerações expendidas pelo advogado e professor paraense Jean Carlos DIAS (em seu trabalho Os meios de dissuasão nas tutelas coletivas inibitórias, publicado na obra coletiva "Tutela jurisdicional coletiva", DIDIER JR., Fredie et alli (coords.), Salvador: Ed. Jus Podium, 2009, p. 261-271, esp. p. 265-266), mostrando que a linha interpretativa aqui sustentada é a que melhor atende à necessidade de assegurar a tutela jurisdicional mais efetiva possível:



"Para que a multa tenha o verdadeiro efeito inibidor, não há dúvida a respeito, ela deve ser exigida de imediato e mediante um procedimento específico capaz de levar a esse pagamento.

Somente quando isso ocorre é que se pode verdadeiramente observar o efeito dissuasório. Transferir a exigência para o futuro, ou seja, após o trânsito em julgado, significa apenas dotar o agente potencialmente causador do dano de mais um dado na equação econômica que dá suporte à sua conduta.

Ao contrário do que supõem alguns autores, a transferência para o futuro importa em imediato enfraquecimento do comando judicial e por isso a evidente perda de coação da vontade que justifica a concessão da medida.

Analiticamente, o debate doutrinário deve ser resolvido em prol da melhor solução dissuasória que é certamente a que impõe um risco imediato pelo desatendimento do comando judicial.

(...) em ambientes não-cooperativos como o estabelecido em juízo para a solução de conflitos coletivos, a solução estratégica, sendo racional o agente, somente leva ao efeito pretendido quando a sanção econômica representa uma imposição imediata e suficientemente relevante para orientar sua conduta.

(...) Ao contrário do que se pode supor, a autonomia radical da multa (tanto quanto ao momento da eficácia quanto ao meio processual) nas ações coletivas é exigência do próprio modelo de dissuasão previsto na nossa legislação."

Ainda no plano doutrinário, também se pronunciam no mesmo sentido e merecem ser mencionados José Carlos BARBOSA MOREIRA (em seu artigo A tutela específica do credor nas obrigações negativas, in "Temas de direito processual - segunda série", São Paulo: Saraiva, 2ª edição, 1988, p. 30-44, esp. p. 39-40), Marcelo Lima GUERRA (in "Execução indireta", São Paulo: Revista dos Tribunais, 1ª ed., 2ª tiragem, 1999, p. 205), Élton VENTURI (in "Execução da tutela coletiva", São Paulo: Malheiros, 2000, p. 150-151) e José Miguel GARCIA MEDINA (in "Execução civil: teoria geral - princípios fundamentais", São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2004, p. 449-450).

Por todo o exposto, é de se concluir que, ao contrário dos r. entendimentos do i. Juízo de origem e do d. Relator, o § 2º do artigo 12 da Lei da Ação Civil Pública não é, ao menos no atual estado do presente feito, suficiente para se rejeitar, liminarmente, a pretensão do órgão agravante, formulada em sua manifestação de f. 391-405

(acompanhada dos documentos de f. 406-763), de que, uma vez constatado o descumprimento pela reclamada, ora agravada, no período subsequente de 01.03.2005 a 22.09.2009, da ordem judicial objeto da antecipação de tutela (neste ponto confirmada pela decisão final de mérito, ainda pendente, para seu trânsito em julgado, de julgamento de agravo de instrumento pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho) de "que se abstenha de utilizar-se de contratos de prestação de serviços com o fim de fornecimento a ela de mão-de-obra, devendo utilizar trabalhadores próprios, devidamente registrados por ela, para a consecução de suas atividades-fim", sob pena de pagamento da respectiva multa coercitiva diária ora em discussão. Deve, portanto, ser reformada a r. decisão agravada de f. 777 neste ponto.

Contudo, uma nota de prudência se impõe necessariamente no caso presente, levando a dar-se provimento apenas parcial ao presente agravo de petição: é que afigura-se, por enquanto, prematuro pura e simplesmente atender por completo à pretensão recursal do Ministério Público do Trabalho agravante, que é de que se determine desde logo à parte contrária que pague, em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), quantia que na presente data já está por volta de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), correspondente ao valor resultante da aplicação, a partir de 01.03.2005, da medida coercitiva pecuniária de R\$ 3.000,00 por dia e para cada caso de descumprimento da decisão inibitória e antecipada proferida, pela parte contrária, da ordem judicial em questão.

É que inexistem, até agora, nos presentes autos, suficientes elementos de prova capazes de permitir que esta Instância Recursal decida, desde logo, se houve ou não descumprimento da tutela inibitória (antecipada e final) neles concedida: é que, como se pode verificar tanto da r. decisão original de f. 764, da lavra de MM. Juiz Substituto (que, sem qualquer fundamentação, limitou-se a deferir "a execução provisória requerida") quanto da r. decisão agravada de f. 777, proferida pelo MM. Juiz Titular daquela Vara do Trabalho (que, como já se disse, limitou-se a considerar o multicitado § 2º do art. 12 da LACP um impedimento absoluto e suficiente para o indeferimento imediato da execução imediata da multa coercitiva acima referida), o primeiro grau de jurisdição pura e simplesmente ainda não dirimiu a acirrada controvérsia fática, suscitada pelas partes, sobre se, no período em discussão (01.03.2005 a 22.09.2009),

a requerida, ora agravada, teria ou não voltado a descumprir a ordem judicial de não fazer objeto de antecipação de tutela que o requerente, ora agravante, quer efetivar através da execução da multa coercitiva diária para tanto fixada.

Mais especificamente, a r. instância de origem, naquela ocasião processual, não examinou se realmente os fatos narrados naquela peça processual do Ministério do Trabalho, relativos aos contratos celebrados pela requerida VOTORANTIM METAIS ZINCO (ou sua antecessora COMPANHIA MINEIRA DE METAIS) localizada no Distrito de Morro Agudo, em Paracatu, com as empresas ATLAS COPCO, CEGELEC e BETEL, configurariam ou não o apontado descumprimento da ordem judicial objeto da antecipação de tutela (confirmada pela decisão final ainda pendente de recurso, embora sem efeito suspensivo) cujo imediato cumprimento, repita-se, buscou-se assegurar pela multa pecuniária objeto do presente agravo de petição.

Em primeiro lugar, é preciso observar que o dispositivo da r. sentença cujo cumprimento imediato ora se pretende assegurar, embora realmente tenha se baseado nas irregularidades (apuradas na instrução processual da fase de conhecimento desta ação civil pública) na contratação, pela requerida, de serviços terceirizados para atividades pecuárias, agrícolas ou em sua serraria (como restou claro no item 2.6 de sua fundamentação, às f. 74-79), foi proferido, como está claro na f. 85, sem qualquer restrição a aquelas atividades específicas, determinando genericamente à Requerida "que se abstenha de utilizar-se de contratos de prestação de serviços com o fim de fornecimento a ela de mão-de-obra, devendo utilizar trabalhadores próprios, devidamente registrados por ela, para a consecução de suas atividades-fim". Assim, na medida em que somente a parte dispositiva da sentença fará, oportunamente, coisa julgada (CPC, artigo 469, I, a contrario sensu), não se pode, ao menos em princípio, descartar a possibilidade de os contratos de prestação de serviços celebrados pela ora agravada com as três empresas acima nomeadas, embora em atividades diversas, também configurarem descumprimento da ordem judicial nestes autos proferida. Tal possibilidade, como se sabe, decorre das peculiaridades da tutela inibitória (antecipada e final) nestes autos concedida, consistente em um preceito que, além de inibir a continuação de determinadas práticas e atividades desde já julgadas contrárias ao ordenamento jurídico trabalhista, também estabeleceu uma proibição para o futuro,

voltada não apenas para as atividades especificamente narradas na causa de pedir da petição inicial da ação civil pública, mas igualmente para atividades similares que também configurarem, em essência, o mesmo descumprimento da legislação trabalhista que se buscou, por meio dela, prevenir.

O próprio Juízo de origem, aliás, já previra tais dificuldades e a necessidade de se proceder a uma ampla atividade instrutória antes de se aplicar a multa coercitiva ora em tela, ao decidir expressamente (primeiro apenas em sua fundamentação, à f. 80, primeiro parágrafo, mas depois como parte integrante do dispositivo da sentença então proferida, ao julgar procedentes, em parte, os embargos de declaração interpostos pela requerida, à f. 88) que "na hipótese de descumprimento da decisão proferida nesta ação, pela necessidade de apuração e de prova e de se conceder ampla defesa, a multa deverá ser buscada em ação específica". Embora esta parte da decisão de primeiro grau tenha sido objeto de reforma por esta E. Quinta Turma quando do julgamento do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho para, dando-se provimento parcial ao mesmo, "determinar que a execução da multa pelo descumprimento seja processada nos próprios autos da decisão exeqüenda" (dispositivo de f. 111), tal modificação não alterou em nada a necessidade, corretamente apontada pelo MM. Juízo a quo, de que seja sempre assegurado a ambos os litigantes o mais amplo espaço probatório e a mais cabal observância da garantia do contraditório antes de se proferir a decisão sobre a aplicabilidade, ou não, da referida multa pecuniária a situações, como aquelas agora trazidas aos autos, que não tiverem sido exatamente as mesmas já apreciadas na fase cognitiva que antecedeu a referida decisão.

A necessidade da prévia e aprofundada apuração, valoração e decisão a respeito das circunstâncias fáticas da matéria, pelo primeiro grau, ainda mais avulta quando se constata que a requerida, ora agravada, nunca admitiu que tais contratos configurariam descumprimento da tutela inibitória antecipada e final nestes autos concedida - ao contrário, seja em sua manifestação de f. 714-verso a 715-verso (feita no âmbito do Procedimento de Acompanhamento de Ação Civil Pública aberto em 20.07.2009 pelo MPT, antes de pleitear a incidência da multa coercitiva ora em discussão), seja em sua manifestação de f. 770-776 sobre o pleito de aplicação da multa coercitiva, seja

finalmente na contraminuta do presente agravo (f. 799-801), a empresa agravada sempre afirmou, de forma clara e coerente, que tais contratos não estão ligados à sua atividade-fim, tendo por objeto atividades especializadas e específicas de mero apoio a seu empreendimento principal.

Em contrapartida, se a manifestação do MPT foi acompanhada de documentos (f. 406-763) que, ao menos em tese e a princípio, poderiam levar a conclusão diversa, é forçoso concluir que a questão em tela é, ainda, altamente controvertida e depende de prévia e cuidadosa atividade instrutória específica, a ser levada a cabo no primeiro grau de jurisdição, para que o MM. julgador de origem possa a seguir proferir decisão a esse respeito, de acordo com o seu livre convencimento fundamentado.

Em consequência, e *data venia* do r. entendimento contrário do i. Relator, dou provimento parcial ao agravo de petição para, declarando a possibilidade jurídico-processual de se exigir imediatamente o pagamento, pela requerida, da multa coercitiva objeto da antecipação da decisão inibitória nestes autos concedida, determinar o retorno dos autos à instância de origem para que o MM. Juízo a quo, após ampla instrução da controvérsia objeto das manifestações do MPT de f. 391-405 e da requerida de f. 770-776, decida sobre o pedido do agravante de aplicação da referida multa pecuniária à agravada a partir de 01.03.2005, nos termos da fundamentação.

## CONCLUSÃO

Conheço do agravo de petição e, no mérito, dou-lhe provimento parcial para, declarando a possibilidade de se exigir imediatamente o pagamento, pela requerida, da multa coercitiva objeto da antecipação da decisão inibitória nestes autos concedida, determinar o retorno dos autos à instância de origem para que o MM. Juízo a quo, após ampla instrução da controvérsia objeto das manifestações do MPT de f. 391-405 e da requerida de f. 770-776, decida sobre o pedido do agravante de aplicação da referida multa pecuniária à agravada a partir de 01.03.2005, nos termos da fundamentação.

FUNDAMENTOS PELOS QUAIS,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pela sua Quinta Turma, à unanimidade, conheceu do Agravo de Petição; no mérito, por maioria de votos, deu-lhe provimento parcial para, declarando-se a possibilidade de se exigir imediatamente o pagamento, pela requerida, da multa coercitiva objeto da antecipação da decisão inibitória nestes autos concedida, determinar-se o retorno dos autos à instância de origem para que o MM. Juízo "a quo", após ampla instrução da controvérsia objeto das manifestações do MPT de f. 391-405 e da requerida de f. 770-776, decida sobre o pedido do agravante de aplicação da referida multa pecuniária à agravada a partir de 01.03.2005, nos termos da fundamentação, vencido o Exmo. Juiz Convocado Relator que negava provimento ao apelo.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2010.

**JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA**  
**Desembargador Revisor e Redator**

JRFP/A